



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008377-35.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Dever de Informação**
 Requerente: **Josiane Martins de Souza**
 Requerido: **Savegnago Supermercado Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de ação de conhecimento com preceito cominatório de obrigação de fazer c/c pedido de tutela provisória de urgência que **JOSIANE MARTINS DE SOUZA**, interpôs em face de **SAVEGNAGO SUPERMERCADO LTDA**. A autora alega que seu nome foi incluído no rol de maus pagadores por um débito de R\$ 354,93 supostamente realizado junto à ré. Tentou a obtenção dos documentos geradores da negativação extrajudicialmente, conforme pedido de fls. 28/29, não logrando êxito, entretanto. Requereu a tutela provisória de urgência para que seu nome fosse retirado dos cadastros de proteção ao crédito, os benefícios da justiça gratuita e o fornecimento dos documentos que legitimariam a negativação.

Concedidos os benefícios da assistência judiciária e a antecipação de tutela (fl. 31).

Com a inicial vieram os documentos às fls. 28/30.

O réu foi devidamente citado, apresentando contestação às fls. 43/49. Alegou, preliminarmente, sua ilegitimidade para atuar na ação. Aduziu que a autora firmou termo de adesão a contrato de cartão de crédito, e na posse do cartão fez inúmeras compras no supermercado pertencente ao Grupo Savegnago, dando ensejo à emissão das inclusas faturas. Alegou, ainda, ser dever do órgão de proteção ao crédito a notificação da devedora previamente à realização da restrição, e não da ré. Requereu a alteração do polo passivo da lide para Savegnago Adm. de Cartões de Crédito, determinando-se a emenda à Inicial, bem como a improcedência da ação.

Réplica às fls. 101/105.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Desta maneira também se manifestaram as partes. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Preliminarmente, não há que se falar em falta de legitimidade da parte para atuar na ação. Isto porque, sendo parte do mesmo grupo econômico, admite-se a teoria da aparência. Tampouco se verifica qualquer prejuízo à defesa, sendo que a própria ré trouxe aos autos cópia do termo de adesão bem como de extratos do cartão.

Neste sentido já se manifestou o E. STJ:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. MESMO GRUPO ECONÔMICO. TEORIA DA APARÊNCIA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO, COM APLICAÇÃO DE MULTA. 1. A Corte local aplicou a teoria da aparência, entendendo pela legitimidade da instituição financeira pertencente ao mesmo grupo econômico, posicionamento que encontra respaldo na jurisprudência desta Corte Superior. Incidência da Súmula 83/STJ. 2. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa." (STJ, AgRg no AREsp 141.432/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j em 08/05/2012, DJe 14/05/2012).

A ação foi proposta para compelir a ré a exibir os contratos e/ou documentos pedidos na inicial. Pretendendo a autora ter acesso a documento que se encontra com a ré, a fim de atestar a regularidade da cobrança e a legalidade da negativação de seu nome, resta configurado o seu interesse processual, uma vez que a intervenção judicial se mostra adequada e útil à sua pretensão. A exibição de documento pode ocorrer em ações de naturezas distintas. Pode assumir a natureza de ação cautelar, bem como natureza de ação autônoma satisfativa. Neste último caso, não há necessidade de interposição de ação principal, sendo que a autora poderá, posteriormente propor ação autônoma se entender pertinente ou nada mais fazer.

Conforme informes da própria autora às fls. 101/105, a requerida apresentou os documentos pretendidos entendendo-se, com esta atitude, que houve reconhecimento da procedência da demanda.

A autora demonstrou a tentativa de obtenção dos documentos através da via administrativa, não sendo, entretanto, atendida. Tendo em vista que a ré apenas apresentou os documentos solicitados, judicialmente, deverá arcar com o ônus de sucumbência em decorrência do princípio da causalidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Neste diapasão:

“Os ônus sucumbenciais subordinam-se ao princípio da causalidade, devendo ser suportados por quem deu causa à instauração do processo e ficou vencido.”
 (STJ, REsp 1338404/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/04/2013, DJe 07/05/2013)

Por fim, os documentos apresentados pela ré demonstram a existência de relação jurídica entre as partes e revelam que a autora efetivamente realizou contrato de adesão a cartão de crédito oferecido pela ré. Assim, possível a existência de débitos não pagos em seu nome, não sendo viável a manutenção da tutela concedida.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC e EXTINGO o feito nos termos do art. 924, inciso II, do NCPC. REVOGO a tutela concedida à fl. 31. Oficie-se ao SCPC e SERASA informando a revogação da tutela antecipada.

Ao réu caberá o pagamento das custas e despesas processuais, além os honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa.

Oportunamente, archive-se.

P.I.C.

São Carlos, 06 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**